

Freitas ameaça estatais de punição

Brasília — João Ramid

BRASÍLIA — Apesar de ter acertado com os bancos privados, há duas semanas, um esquema para pagar os juros atrasados da dívida externa, nunca o país esteve com sua reputação tão abalada junto ao sistema financeiro internacional como agora. “Nos mais de dez anos em que tenho acompanhado o problema, nunca vi nossa credibilidade num nível tão baixo como este”, desabafou ontem o assessor especial para a dívida externa do Ministério da Economia, Carlos Eduardo de Freitas. Ao lado do diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Guimarães, e do negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, Freitas falou ontem a secretários estaduais e municipais de Fazenda e dirigentes de estatais, no Banco Central, fazendo um apelo e uma ameaça.

O apelo foi para que todas as entidades do setor público coloquem em dia suas obrigações externas. A ameaça é a de bloquear contas bancárias das estatais inadimplentes e descontar dos fundos de participação dos estados e municípios os valores que o governo federal tiver que cobrir por conta dos governos estaduais e municipais.

Roberto Guimarães explicou que as mesmas condições que o governo obtiver junto aos credores para refinarçar sua dívida serão repassadas internamente às estatais, aos estados e municípios. Isso



Ao lado de Dauster, Freitas (D) exigiu austeridade

significa que estes terão que recolher ao Banco Central, até o final deste ano, 25% dos juros atrasados acumulados até dezembro passado, além de pagarem pontualmente 30% dos juros que estão vencendo ao longo deste ano. “Quem não cumprir essas condições vai sofrer sanções”, disse ele.”

Roberto Guimarães, entretanto, disse que o governo não pretende abrir exceções, pois quer seguir à risca o acordo a ser assinado com os credores, que depen-

de apenas de um aval do Senado. “Todo o esforço feito em Brasília para regularizar sua situação junto ao sistema financeiro internacional será inútil se não houver cooperação de todo o setor público”, disse ele. Segundo Carlos Eduardo de Freitas, o país está acumulando atrasos também no pagamento das dívidas que, segundo os acordos anteriores não deveriam estar sujeitas a qualquer tipo de renegociação. No ano passado esses atrasos somaram US\$ 500 milhões.